



Investigações Filológicas de Said Ali (1975): nos nomes das cores, a emergência do sentido e da diferença

Said Ali's philological investigations (1975): in the names of colors, the emergence of the meaning and difference

Gesualda dos Santos Rasia*
UFPR

Resumo: *Este texto (re) apresenta o filólogo-gramático Manuel Said Ali. Transcorridos 160 anos de seu nascimento, presentificamos gestos na produção do conhecimento linguístico em um tempo de sedimentação do que é a língua portuguesa do Brasil, o início dos anos 30. Construimos esse retorno a partir dos pressupostos da HIL, em diálogo com os estudos da AD francesa, atentando para a historicidade implicada na produção de saberes sobre a língua, especialmente os lugares de desestabilização e descontinuidade. Nosso recorte para tematizar a questão posta incide sobre um fato de linguagem, a relação nomeação/realidade. Para tanto, nos detemos no debate que Said Ali propõe, em Investigações Filológicas, sobre os nomes das cores. Atentamos, nos fatos de ordem semântica, para a produção de sentidos na necessária relação da linguagem com sua exterioridade.*

Palavras-chave: *Filologia, Cores, Determinação, Exterioridade, Linguagem.*

Abstract: *This text (re)presents the philologist-grammatical Manuel Said Ali. After 160 years of his birth, we present gestures in the linguistics knowledge's production in a sedimentation time of what is the Portuguese language in Brazil, the beginning of 30's. We build this*

return by the History of Linguistic Ideas (HLI) assumptions, in dialogue with the French Discourse's Analysis (DA), paying attention to the historicity involved on the knowledge' production about the language, especially the places of destabilization and discontinue. Our snip for thematizes the post question focuses about a language fact, the nomination/reality relation. Therefore, we detain on the debate that Said Ali purpose, in Philological Investigations, about the colors names. We pay attention, in semantic facts, to the meanings production on the necessary language relation with its exteriority.

Keywords: *Philology, Colors, Determination, Exteriority, Language.*

No descomeço era o verbo

*No descomeço era o verbo
Só depois é que veio o delírio do verbo.
O delírio do verbo estava no começo, lá onde a criança diz:
Eu escuto a cor dos passarinhos.
A criança não sabe que o verbo escutar não
Funciona para cor, mas para som.
Então se a criança muda a função de um verbo, ele delira.
E pois.
Em poesia que é voz de poeta,
Que é a voz
De fazer nascimentos –
O verbo tem que pegar delírios.*

(BARROS, Manuel de. Livro das Ignoranças.
Rio de Janeiro: Record, 1997 (fragmento).)

Introdução

Como damos nomes às coisas? Como as palavras recortam a realidade, ora nomeando, ora indicando movimento, estados...? Estes são debates que acompanham a história do conhecimento desde há muito. Se os gregos colocaram essas questões de um modo considerado inaugural, certo é que elas não cessam de se recolocar, em diferentes épocas e a partir de diferentes perspectivas.

Said Ali, homem-estudioso de seu tempo e para além dele, não se furtou ao referido debate. E o fez desde o lugar de gramático e filólogo que era, em um gesto flutuante que vai da abordagem gramatical às narrativas em torno dos fatos de língua; e destas àquelas, ficando, por vezes, indiscernível o ponto onde se localiza a exposição do fato e seu assente nos usos literários e quotidianos.

Neste estudo, percorremos, na obra de Said Ali, recorte que discute um fato de língua: como se nomeiam as cores, para o que, começamos com instigante afirmação do próprio Said Ali: “São muitas as cores e poucos os nomes”. Esta é a proposição que introduz o capítulo “Nomes das cores”, integrante da obra “Investigações Filológicas”, de Said Ali, a qual reúne estudos de língua portuguesa publicados em jornais e revistas do Rio de Janeiro, dispersos ao longo da 1ª. década do século XX, assim como dos anos 30, 40 e 50, em cuidadoso trabalho de reunião e seleção de textos feito por Evanildo Bechara.

Said Ali prossegue, no capítulo, afirmando que já nos tempos antigos os homens “distinguiram claramente as diversas cores, e que a falta de certas designações se devia atribuir à imperfeição de sua língua e não de sua visão.” (p.213). Seu argumento, trazido de Krause, na Enciclopédia Alemã Meyers Konversations-Lexikon, serve para refutar teses antigas, acerca da escassez de nomes com base no baixo desenvolvimento humano da percepção. Refuta também a maior ou menor capacidade de designar cores como estando simetricamente associada à suposta superioridade ou inferioridade racial. Antes, toma partido e acrescenta:

A insuficiência da linguagem patenteia-se também entre nós, obrigando-nos a lançar mão de expressões comparativas: objeto *cor de chocolate*, *cor de café com leite*, tecido *cor de salmão*, *cor de abóbora*, *cor de vinagre*, etc. Geralmente o homem nomeia as cousas, desinteressando-se das cores que têm, a não ser que impressionem vivamente como cousa fora do comum *ou se imponha a necessidade do confronto*.¹ (p.214).

A partir de exemplos mobilizados por Said Ali, é possível refletir sobre um conjunto de aspectos, e podemos dizer que todos eles se relacionam à relação linguagem-realidade e aos modos como o sujeito

se coloca nessa relação. Em primeiro lugar, não há como ladear os ecos da tese da imperfeição da linguagem, defendida por Gottlob Frege (1848-1925), desde o lugar de lógico-matemático que era. Para sustentar sua tese, ele distingue as noções de *sinhal*, *sentido* e *referência* (FREGE, 1978). O primeiro diz respeito ao nome, à palavra que dá conta da designação, que representa um nome próprio e “cuja referência seria um objeto determinado.” (p. 62). Já o sentido consiste no modo de apresentação do objeto; e a referência tem a ver, por sua vez, com a relação designação/objeto. As consequências dessa distinção, segundo Frege, é que a relação designação/objeto pode ser estabelecida a partir de diferentes sentidos, ou seja, diferentes modos de significar.

O fato de o sinal gozar de um sentido determinado, e o sentido ter uma referência determinada, contrariamente ao fato de a referência não gozar de apenas um sinal, explica-se porque “o sentido de um nome próprio é entendido por todos que estejam suficientemente familiarizados com a linguagem ou com a totalidade das designações a que ele pertence...” (p.63).

Ao propor a relação sentido, sinal e referência, Frege põe em tela a ambiguidade da linguagem e a inadequação dos sistemas lógicos disponíveis, e, com isso, rompe com a ideia da relação direta palavra/coisa, problematizando a função da linguagem para além da mera representação da realidade.

Não por acaso, o tema das cores, enquanto percepção, encontra espaço na obra de Frege: “O prado e as rãs, o sol que as ilumina estão aí, pouco importa que eu os olhe ou não; mas quando tenho uma impressão sensível do verde, ela só existe para mim, eu sou seu portador.” (FREGE, 1978, *apud* PÊCHEUX, 1988, p. 57). Este sujeito que é, então, *portador* de representações, valendo-nos aqui de expressão do próprio Frege, diz o mundo a partir dessa perspectiva, quer fale de cores, quer fale de objetos outros. O tópico das cores apresenta-se peculiar nesse conjunto porque o debate acerca de sua realidade remonta à Grécia Antiga, quando Sócrates, por exemplo, afirmava, nos diálogos com Mênon², que “a cor é, pois, uma emanção de figuras de dimensão proporcionada à visão e assim perceptível.” A discussão em torno da existência objetiva ou não das cores tem atravessado épocas e distintas áreas do conhecimento. Em que pesem as diferenças de enfoque, ainda e sempre, trata-se, em sentido mais amplo, da discussão acerca da realidade das coisas do mundo como necessárias ou

contingentes, desde que se tratem de realidades em si ou do modo como são percebidas e interpretadas.

O escopo da abordagem fregeana são os limites próprios da lógica simbólica, sob cuja perspectiva ele busca o estatuto de verificação das sentenças. Contudo, essa busca se dá a partir de sua inscrição em uma posição antissubjetiva: “Se o homem não pudesse pensar nem tomar por objeto de seu pensamento algo de que ele não é o portador, ele teria um mundo interior mas nenhum mundo em torno dele.” (FREGE 1975, apud PÊCHEUX, 1988, p. 75).

Ao mobilizar essa asserção de Frege, Pêcheux aponta a inscrição materialista do matemático, concluindo: “se o homem pode pensar e tomar por objeto de seu pensamento algo de que ele não é o portador, é exatamente porque o mundo exterior existe. (PÊCHEUX, 1988, p. 75). Em que pesem os limites idealistas de Frege, suas proposições implicam o enfrentamento de aspectos contingentes da linguagem, o que tornou suas elaborações caras à Análise do Discurso na abordagem da determinação dos sentidos.

Estamos tratando, neste estudo, da abordagem da nomeação das cores em Said Ali e a relação desse tópico com a produção do conhecimento sobre a linguagem. Frege não se ocupa dos nomes das cores, tal como o faz Said Ali, mas da sua realidade enquanto produção de conhecimento, e ao referir à impressão sensível do verde, fica pressuposto o processo de nomeação como já dado, porém, não alheio à mesma relação sujeito-realidade-representação.

Da nomeação das cores como espaço de determinação

Estamos falando, neste estudo, do Said Ali filólogo, faceta esta que, conforme já afirmamos, não se apresenta totalmente dissociada daquela do Said Ali gramático. Sobretudo se considerarmos que fazer gramática histórica, para ele, não significava ater-se aos pressupostos evolucionistas do comparativismo que delineavam a produção gramatical do início do século XX no Brasil. Exemplo disso temos na abordagem que o gramático faz dos nomes:

Fazendo-se, como se faz, distinção entre as denominações dos seres propriamente ditos e as denominações dos atributos de dimensão,

tamanho, cor, consistência, etc., pelos quais os diferenciamos uns dos outros, torna-se necessário dividir os nomes em substantivos e adjetivos. Os atributos, posto que sejam inerentes aos seres, são considerados muitas vezes como se existissem separados deles, como se fossem outra entidade. (SAID ALI, 1964, p.54).

O laço não necessário entre nome e atributo permite-nos pautar o estatuto de contingência que disso deriva. Em se tratando especificamente do gesto de nomear cores em Said Ali, há nele a emergência do espaço da determinação, ao recortar a relação linguagem-realidade a partir de sítios particularizados de significação. Recortes que, para estabelecerem o confronto, a diferença no interior do mesmo, convocam a experiência sensível dos sujeitos. A insuficiência da linguagem vale-se da experiência humana, localizada no tempo e na história. É nosso mestre segue, no atento e cuidadoso trabalho de observar como a linguagem tenta, a partir de sua precariedade, traduzir a realidade, sem deixar, contudo, de levar em conta as vãs tentativas, de parte dos sujeitos que a utilizam, de cobrir suas lacunas, desde diferentes perspectivas. É assim que ele faz referência ao naturalista, que, “ao descrever as colorações de um animal, da flor ou fruto, do mineral, tem de servir-se de um vocabulário *falho e restrito*³ que muitas vezes não dá ideia do objeto.” (p. 215). A condição de impossibilidade e de incompletude da linguagem permanece posta. Prosseguindo, ele coloca a não menos problemática seara do poeta, o qual,

mais atilado e mais feliz, não põe colorido senão quando e onde lhe convém. E não se contenta com as expressões de uso comum: vai ao latim, às vezes ao grego, e traz de lá rutilante, fulvo, flavo, ebúrneo, níveo, glauco etc., vocábulos altissonantes que, na maior parte, não designam cousa bem definida, mas por desconuais e peregrinos, impressionam e deslumbram, sugerindo vagamente a sensação de certo colorido belo e majestoso, num ambiente de larga fantasia. (p.215).

Embora Said Ali não se ocupe da análise detalhada das expressões que ele elenca, o breve inventário que delas faz concorre para a confirmação de sua tese acerca da imprecisão da relação linguagem-realidade. Contudo, entre a indefinição, própria do signo, e a aposta no significado, joga o espaço da criação, em potência nos espaços sonoros e mórficos, e talhada no trabalho do poeta. Trabalho este não tão diferente daquele de outro artista, assim descrito por Said Ali: “O pintor dispõe de tintas que, puras ou misturadas, lhe permitem dar a seus quadros cores imitantes à natureza.” (p. 215). Se a linguagem verbal é insuficiente, a visual também o é e, na impossibilidade de o artista reproduzir fielmente a ordem do real, o que lhe cabe, assim estamos entendendo, é também um trabalho de interpretação.

Seja da perspectiva objetivista do cientista, seja do olhar poético do artista, em ambos os casos está o homem (sujeito) diante da possibilidade da interpretação, no projeto de dizer as coisas “como elas são”. E, mais uma vez, é Pêcheux (1988) quem trazemos à reflexão, quando esse filósofo trabalha o efeito de universalidade produzido pelas estruturas determinativas. O que poderíamos dizer, por exemplo, acerca das coisas *cor de abóbora*, para além da América do Sul?

Da nomeação das cores como instauração de espaços de divisão na língua

Falemos, agora, brevemente das condições históricas de produção do conhecimento pelo sujeito filólogo-gramático Manuel Said Ali. A temporalidade histórica em que a obra desse estudioso se insere é, conforme registra Orlandi (2002), na obra *Língua e Conhecimento Linguístico*, a época da consolidação de nossas diferenças e políticas linguísticas em relação a Portugal, marcada, sobremaneira, na emergência e recorrência da expressão *nossa língua* por diferentes autores. É também o tempo de organização do ensino superior, via criação de Faculdades, também do estabelecimento dos acordos ortográficos. Continuamos citando a autora:

É então produzida uma grande quantidade de gramáticas, e as diferenças entre elas não se referem mais aos gramáticos e a suas filiações teóricas: são diferenças descritivas e analíticas;

diferenças de análise da frase e de seus complementos, distinções que incidem sobre adjuntos e suas descrições etc. (p. 192).

Assim, o saber sobre a língua não se encontrava restrito apenas aos compêndios gramaticais. Junto à efervescência dos debates acerca das questões de língua contávamos com um conjunto de publicações que, ao colocarem em relação ciência e língua, diziam também sobre nossa constituição enquanto Nação naquele momento histórico. Para esse inventário, Said Ali colabora com seu “Dificuldades da língua portuguesa (1908), Lexeologia do Português Histórico (1921), Meios de Expressão e Alterações Semânticas (1930), dentre outros. Junto com Investigações Filológicas, essas obras constituem, como afirma Orlandi (2009), citando Auroux (1994), “uma espécie de instrumentos linguísticos que, trabalhando na descrição e análise de fatos da língua, vão criando o espaço de visibilidade da hiperlíngua.”

A noção de hiperlíngua, cunhada por Sylvain Auroux, convoca a exterioridade para o olhar sobre a língua, considerada a partir dos sujeitos imersos em um determinado espaço-tempo, e que são “dotados de determinadas capacidades linguísticas ou ainda dotados de ‘gramáticas’ (não necessariamente idênticas), envoltos por um mundo e por artefatos técnicos, entre os quais figuram (às vezes) gramáticas e dicionários” (AUROUX, 1994, p. 243).

A produção de gramáticas, bem como seu ensino, sobretudo na universidade, conformava a Filologia como campo de saber. No caso de Said Ali, vale dizer, uma Filologia de modo bastante particular, designada “Portuguesa”, “com sustentação teórica para a inscrição da gramática da língua portuguesa no quadro das disciplinas universitárias.” (p. 196) e com as particularidades do modo de fazer próprio do Rio de Janeiro, como lemos em Orlandi (2002).

É assim que a Filologia, como disciplina relacionada ao desenvolvimento do ensino da gramática na Universidade, apresentava-se, nos anos 30, como espaço de abrigo da hiperlíngua. Valendo-nos aqui de expressão de Orlandi (2002), ela funcionava como lugar do *comentário* que articula “a prática e o saber sobre a língua”. Esse espaço mostra-se, assim, de articulação, ao mesmo tempo que intervalar e contraditório. Contraditório porque colocava em causa e confronto o

“outro” da língua, que passava então a se desdobrar de múltiplas formas.

Esse outro é a língua nas suas diferenças externas, em relação à matriz portuguesa; assim como nas diferenças internas, a partir da linha imaginária que divide os falantes entre aqueles considerados cultos e o povo em geral, desprovido dos bens da cultura escrita ou com escasso acesso a ela.

É nessa perspectiva que continuamos a perscrutar fatos de língua presentes nas *Investigações Filosóficas* de Said Ali como narrativas sobre a língua portuguesa que a estabelecem em sua condição de “língua partida”, como bem a definiram Petri e Medeiros (2013), e que traz a lume as diferenças no interior do português brasileiro. As referidas autoras cunharam a designação *língua partida* para dizer sobre a produção de conhecimento em torno da língua a partir de quatro estudiosos: Coruja, Apolinário, Amaral e Nascentes. Petri e Medeiros mostram que, seja do lugar do gramático, do dicionarista ou do filólogo, entre o final do século XIX e o início do XX, todos eles ocupam-se com dar lume ao local e regional, sobretudo no que diz respeito aos registros falados da língua então estabelecida como nacional.

A noção de *língua partida* é, pois produtiva para problematizarmos, na obra de Said Ali (2006), o jogo tenso em relação ao espaço que divide a fala cotidiana, do povo; e outra, considerada de caráter elevado:

No falar usual, a cor de objetos concretos designa-se de preferência, e às vezes exclusivamente, com o termo *preto*: *bola preta*, *feijão preto*, *tinta preta*, *canela preta*, etc. (...)

Ao epíteto *negro*, que tanto pode preceder o nome como segui-lo, dá-se preferência em **estilo elevado**. Os poetas e os que pretendem exprimir-se com elegância costumam dizer *negro cabelos* ou *cabelos negros*, *olhos negros*, ao passo que em **linguagem familiar** se ouve com mais frequência *cabelos pretos*, *olhos pretos* etc.⁴ (p. 217)

Pessoas do povo, de instrução pouca, aprendem de ouvido nessa escola, e, em ocasião azada para o emprego de palavras e expressões guindadas,

não deixam de pôr *negro* onde, comumente falando, diriam *preto* (p. 218).

Os exemplos elencados por Said Ali ratificam a noção de língua partida, que se divide, assim, entre o falar usual, familiar e próprio das pessoas de pouca instrução e aquele de estilo elevado. Contudo, essa divisão não deixa de se apresentar, na tomada que dela faz o filólogo, em sua fluidez, haja vista a afirmação que ele faz acerca da sempre possibilidade de palavras e expressões próprias do dito estilo elevado fazerem-se presentes nos demais usos.

Um aspecto que merece destaque consiste nas condições que determinam a apropriação dos diferentes registros linguísticos por seus respectivos usuários. Se o emprego considerado mais elevado é aprendido “de ouvido”, e tal se dá “nessa escola”, havemos que nos perguntar sobre como seria esse processo de assimilação do registro-outro, assim como sobre de que escola está a tratar o autor. Parece ser legítimo pensarmos em situações de trocas linguísticas que resultam em uma projeção de assimilação a partir do contato entre as diferenças. Neste caso específico, a alteração de forma se dá na realização de pessoas de menor escolarização, para as quais o espaço de aprendizado é o convívio com outros mais letrados.

Essa constatação leva-nos a nos perguntarmos se o contrário seria possível, ou seja, a legitimação de um determinado uso a partir do falar do povo sem instrução. No inventário feito por Said Ali, também em suas Investigações Filológicas, ele registra esse movimento diverso, por exemplo, ao tratar das formais verbais terminadas em *-uar*:

A ilusão, segundo a qual todos os verbos terminados em *-uar* estariam adstritos a um só molde de conjugação, leva a olhar com desdém para as formas usuais de um verbo próprio da tecnologia de lavagem de roupa. A lavadeira, nossa mestra, que sabia do verbo e sua aplicação antes de nós, os letrados, pronuncia com toda a segurança *enxáguo*, *enxáguas*, *enxágua*, *enxáguam*, *enxáguem*, etc. Assim lhe ensinaram outras e assim se exprimiram as suas antepassadas naturalmente desde o dia em que se designou pelo termo *enxaguar* o ato de sacudir em água limpa a

roupa tratada antes em água de sabão. (SAID ALI, 2006, p. 138-139).

Outro aspecto digno de comentário é o fato marcado por ele sobre a alteração de *preto* por *negro* que pode, por vezes, ser acrescida à inversão sintática: *negros cabelos* e *cabelos negros*. Parece soar incomum, do ponto de vista do uso, a mesma inversão com o adjetivo *pretos*. Isso nos leva a concluir sobre uma similaridade, na produção de efeitos de sentido, entre o processo de substituição lexical e a ordem das palavras no enunciado, sob determinadas condições de emprego.

Considerações Finais

O estudo de Said Ali sobre os nomes das cores, de caráter semântico e filológico, publicado originalmente na *Revista de Philologia e História*, em 1931, poderia, de modo bastante simplificado, ser por nós sintetizado na seguinte fórmula: “por que e como as cores têm os nomes que têm”. Nos desdobramentos dessa síntese alçamos algumas das marcas e pressupostos que embasam o projeto do filólogo em relação ao inventário que então ele fazia da língua portuguesa do Brasil.

Uma das tônicas de sua abordagem é sobre a necessidade de determinar, ao falarmos das cores, dada a insuficiência da linguagem. Nesse escopo de discussão não há como ladear aspectos da semântica de Michel Bréal, no debate que este faz acerca da imperfeição da linguagem:

... não há dúvida de que a linguagem designa as coisas de modo incompleto e inexato. Incompleto, porque não se esgotou tudo o que se pode dizer do sol quando se disse que ele é brilhante, ou do cavalo quando se disse que ele corre. Inexato, porque não se pode dizer do sol que ele brilha quando se escondeu. Ou do cavalo que ele corre quando está em repouso, ou quando está ferido ou morto. (p. 124).

O tema da insuficiência da linguagem, presente nos dois estudiosos, encontra ponto de encontro também na consideração que ambos fazem do indivíduo (diríamos nós do sujeito) na produção de significados

(sentidos). E isso à revelia da orientação hegemônica dos estudos da linguagem da época. O elemento subjetivo de Bréal e o indivíduo psicológico de Said Ali fazem pulsar sua presença nos fatos de língua(gem). E marcam-se nos limites tensos e imprecisos dessa ferramenta imperfeita⁵, em temporalidades nas quais a tônica ainda não atentavam para os aspectos da exterioridade linguística.

As nuances que Said Ali empresta à sua abordagem sobre as cores partem da ideia da incompletude, da insuficiência da linguagem e alçam a esfera dos usos, posto que ele leva em conta os falantes da língua e os diferentes posicionamentos sociais destes. A partir desse trajeto, enquanto analistas de discurso que somos, podemos ler a produção do filólogo Said Ali como espaço que nos permite refletir acerca de dois movimentos. De um lado, a incompletude como lugar no qual se marca a indeterminação do sujeito que diz sobre as coisas do mundo (igualmente indeterminadas) e que, ao dizê-las a partir desse estatuto, produz o efeito de completude ao determiná-las via circunscrição das coisas à ordem do conhecido: algo é como a *cor do café*.... de outro lado, materializa-se, nesse gesto, também a dupla divisão a que se referia Orlandi (2009), o fato de que a língua brasileira, que então se consolidava enquanto tal, tinha esse processo estabelecido a partir da determinação de suas diferenças em relação ao português de Portugal, por um lado, e das diferenças internas, demarcadas pelo olhar dos gramáticos em relação à sua história/memória local. É assim que designações como *falar usual, linguagem de chã, linguagem familiar, falar do povo* dentre outras, opõem-se a *estilo elevado, linguagem culta, linguagem de pessoas dadas às letras*... Opõem-se ao mesmo tempo em que, pelo recolhimento que delas Said Ali faz, a partir de suas condições de uso, da memória em que as palavras e expressões estão imersas; também põem em causa a quem pertence, de fato, a legitimidade de um determinado uso. Lembremo-nos, do que ele diz acerca das lavadeiras e das formas do verbo *enxaguar*.

A partição na língua mantém-se, contudo, por vezes fica em suspenso o estatuto dessa divisão. Mantém-se em suspensão também o embate determinação-indeterminação dos sentidos. Nesse espaço de suspensão, fazemos falar Manuel de Barros, poeta a quem recorremos para a epígrafe deste texto. No delírio próprio aos poetas e às crianças, com ele colocamo-nos a *escutar as cores*, como em um momento

inaugural, de “descomeço”, quando nomeamos já enredados em/por narrativas múltiplas sobre a língua, sempre incompleta.

Referências

- AUROUX, Sylvain. A “hiperlíngua” e a externalidade da referência. Trad. Luiz Francisco Dias. In: Orlandi, Eni (Org.). **Gestos de leitura: da história no discurso**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1994. p. 241-251.
- FREGE, Gottlob. “Sobre o sentido e a referência”. **Lógica e filosofia da linguagem**. Trad. Paulo Alcoforado. São Paulo: Cultrix, 1978.
- ORLANDI, Eni. **Língua e conhecimento linguístico: para uma história das ideias no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.
- ORLANDI, Eni. **Língua brasileira e outras histórias: discurso sobre a língua e o ensino no Brasil**. Campinas, Ed. RG, 2009.
- PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Trad. Eni P. Orlandi. Campinas: Ed. Da UNICAMP, 1988.
- PETRI, Verli e MEDEIROS, Vanise. “Da língua partida: nomenclatura, coleção de vocábulos e glossários brasileiros.” In: **Letras**, n. 46, 2013, UFSM.
- SAID ALI, Manuel. **Investigações Filológicas**. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.
- SAID ALI, Manuel. **Gramática Histórica da Língua Portuguesa**. 3ª. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1964.

Notas

* Doutora em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Atualmente é professora na Universidade Federal do Paraná, onde atua na graduação e na pós-graduação. E-mail: gesa.rasia@gmail.com.

¹ Os destaques são nossos.

² Platão, *Mênon*, 74c (Trad. de Maura Iglésias; Ed. Puc-Rio, Loyola; 2001).

³ Os destaques são nossos.

⁴ Os destaques são do autor.

⁵ Valermo-nos, aqui, de designação de Paul Henry, em “A Ferramenta Imperfeita” (1992).